



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2020
(Do Senhor Deputado DELMASSO – REPUBLICANOS/DF)

Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Excelentíssimo Senhor Ministro Reynaldo Soares da Fonseca.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Excelentíssimo Senhor Ministro Reynaldo Soares da Fonseca.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Decreto Legislativo tem por escopo conceder o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Excelentíssimo Senhor Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, como reconhecimento pelo exemplar trabalho realizado pela profissional em prol da justiça para a sociedade.

Nascido em São Luís (MA) em 1963, se formou em Direito na Universidade Federal do Maranhão em 1986. Posteriormente, cursou pós-graduação em Direito Constitucional na mesma faculdade e na Universidade Federal de Santa Catarina, e em Direito Penal e Processual Penal na Universidade de Brasília. Além disso, o desembargador é mestre em Direito Público pela PUC-SP.

Depois de ter sido procurador do Maranhão e do Distrito Federal, Fonseca ingressou na magistratura em 1993, assumindo o cargo de juiz federal substituto da 4ª Vara da Seção Judiciária do DF. Após uma passagem pela Justiça Federal maranhense, ele retornou ao ofício em Brasília. Em 2009, foi nomeado desembargador do TRF-1 pelo critério do merecimento.

O ministro do STJ também foi professor da UFMA por dois períodos: de 1987 a 1989 e de 1997 a 1999. Nessa instituição, ele lecionou as disciplinas de Direito Agrário, Teoria Geral do Direito, Direito Constitucional e Direito Administrativo.

Foi coordenador do sistema de conciliação da 1ª Região, e é um entusiasta desse meio alternativo de solução de conflitos. De acordo com ele, a conciliação, além de ajudar a desafogar o estoque de processos em tramitação no Judiciário, contribui para a paz social.

Para o desembargador federal, é possível que a relativização da coisa julgada seja decidida em atos processuais da fase de execução, mas apenas em casos excepcionais.

Na área tributária, entende que a Receita Federal não pode acessar informações da movimentação bancária de contribuintes sem autorização judicial. Além disso, ele analisa que o contribuinte deve pagar Imposto de Renda que não foi retido na fonte. A razão disso é que, "ao não fazer o repasse da parcela que deveria ser retida ao Estado, a empresa (fonte) não

agiu de modo ilegal, uma vez que, de acordo com a Constituição Federal, o produto da arrecadação pertence de pleno direito ao Estado-membro que a vincula”.

Ante todo o exposto, bem como sabedores do valor do título concedido por esta Casa de Leis por meio da aprovação deste PDL é que contamos com o prestigiado apoio dos colegas parlamentares no sentido de que este Projeto seja aprovado.

Finalmente, consideramos que o Projeto de Decreto Legislativo ora apresentado atende aos requisitos da Resolução nº. 250/2011, da oportunidade e conveniência.

Sala das Sessões, em

DELMASSO
Deputado Distrital



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO GERMANO DELMASSO MARTINS - Matr. 00134, Deputado(a) Distrital**, em 10/02/2020, às 19:05, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **JAQUELINE ANGELA DA SILVA - Matr. 00158, Deputado(a) Distrital**, em 11/02/2020, às 11:33, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS MARTINS MACHADO - Matr. 00155, Deputado(a) Distrital**, em 11/02/2020, às 16:31, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Código Verificador: **0045190** Código CRC: **03C64AE4**.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 2º Andar, Gab 4– CEP 70094-902– Brasília-DF– Telefone: (61)3348-8042
www.cl.df.gov.br - dep.delmasso@cl.df.gov.br

00001-00003870/2020-64

0045190v2

Você está em: Início > Institucional > Ministros > Ministros em atividade

Ministros em Atividade

Ministros em atividade

Aposentados e ex-ministros

Tribunal Federal de Recursos
(TFR)

Reynaldo Soares da Fonseca

Dados Pessoais



Nascimento: 28/11/1963, São Luís – MA.

Filiação: Durval Soares da Fonseca e Maria Tereza Soares da Fonseca.

Cônjuge: Luziana do Vale Campos Soares da Fonseca.

Formação Acadêmica

- Após ter realizado o ensino fundamental e médio no Colégio Maranhense – Irmãos Maristas, em São Luís/MA (1969 a 1980), teve sua formação acadêmica realizada na Universidade Federal do Maranhão – UFMA, onde obteve o título de Bacharel em Direito (1985).
- Especialização em Direito Constitucional (área de concentração: Semiologia Política, com ênfase em Direito, Democracia e Constituinte), pela Universidade Federal do Maranhão, em convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina.
- Especialização em Direito Penal e Processo Penal, pela Universidade de Brasília – UnB.
- Curso de Alto nível em Inteligência Financeira – ABIN – COAF – ESAF.
- Cursos de aperfeiçoamento e Colóquios Internacionais de Direito Constitucional, Administrativo, Processo Civil e Tributário do Conselho da Justiça Federal com a Universidade Humboldt de Berlim e o Instituto de Direito Civil e Processual Civil Alemão e Comparado da Universidade de Friburgo, em cooperação com o Superior Tribunal Administrativo de Leipzig e Superior Tribunal Financeiro de Munique, na Alemanha.
- Curso de aperfeiçoamento em Democracia e Desenvolvimento, realizado no Departamento Di Giurisprudenza da Universidade de Siena – Itália.
- **Mestrado** em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.

- **Doutorado** em Direito Constitucional pela Faculdade Autônoma de São Paulo – FADISP, com pesquisa realizada na Universidade de Siena- Itália.
 - **Pós-Doutorado** em Democracia e Direitos Humanos – Ius Gentium Conimbrigae / Centro de Direitos Humanos (IGC) – Universidade de Coimbra – Portugal.
-

Funções Atuais

- Ministro do Superior Tribunal de Justiça a partir de 26/5/2015.
- Membro da Terceira Seção.
- Membro da Quinta Turma.
- Membro da Comissão de Regimento Interno.
- Membro Suplente do Conselho Deliberativo do Pró-Ser.
- Professor da Universidade Federal do Maranhão.

Concursos Públicos

- Aprovação em 1º lugar no concurso para Professor Universitário da Universidade Federal do Maranhão – UFMA (1986).
- Aprovação em 12º lugar no concurso para o cargo de Procurador do Estado do Maranhão (1986).
- Aprovação em 1º lugar no concurso para o cargo de Juiz de Direito Substituto do Distrito Federal e Territórios (1991/1992).
- Aprovação em 4º lugar no concurso de provas e títulos para o cargo de Procurador – Procuradoria-Geral do Distrito Federal (1991/1992).
- Aprovação em 3º lugar no concurso para o cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região (1993).

Principais Atividades Exercidas

Atividade Profissional

- Servidor do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (1982/1985) e da Justiça Federal no Maranhão (1985/1986)
- Exerceu, a partir de dezembro/1986, o cargo de Procurador do Estado do Maranhão. Nessa qualidade ou como requisitado, desempenhou as seguintes funções comissionadas:
 - a) Coordenador da Defensoria Pública na Justiça Federal no Maranhão (1987);
 - b) Assessor do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Maranhão (1987/1988);
 - c) Assessor-chefe do Gabinete Civil do Governo do Estado do Maranhão (1988/1989);
 - d) Assessor do Desembargador Federal Vieira da Silva e Assessor de Recursos Especiais e Extraordinários da Presidência do TRF/1ª Região (1989–1992). em Brasília/DF.

- Nomeado para o cargo de Procurador do Distrito Federal, em 1992, desistiu, todavia, da posse.
- Exerceu o cargo de Juiz de Direito Substituto do Distrito Federal e Territórios (1992/1993).
- Assumiu suas funções de Juiz Federal Substituto na Seção Judiciária do Distrito Federal, em 1993. Nessa qualidade, realizou diversos mutirões de sentenças na referida Seccional e coordenou trabalhos de esforço concentrado no TRF/1ª Região, além de ter auxiliado o Núcleo de Preparação de Magistrados – NUMAG (hoje ESMAF), especialmente nos cursos de formação para os novos juízes do terceiro e quarto concursos.
- Em novembro/1996, foi promovido, por merecimento, para Juiz Federal da 1ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão. Na SJ/MA, exerceu, cumulativamente e de forma temporária, a jurisdição das demais varas e da vara única de Imperatriz/MA.
- Foi o Diretor do Foro, no período de maio/1998 a julho/1999, tendo desempenhado a Presidência da Comissão de Execução local do VII Concurso Público para a Magistratura Federal da Primeira Região.
- Juiz instalador da 4ª Vara/MA.
- Removido, a pedido, para a Seção Judiciária do Distrito Federal, assumiu a titularidade da 22ª Vara em agosto/1999, tendo sido, aliás, seu Juiz instalador, unidade onde permaneceu até a sua posse no TRF/1ª Região (2009).
- Exerceu as funções de Membro da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Distrito Federal e Tocantins (2003/2004).
- Como Titular, foi diversas vezes convocado para o TRF/1ª Região: Terceira Turma (abril a dezembro/2000); auxílio à Corregedoria-Geral (2001/2002); Primeira Turma (maio/junho de 2002); Quinta Turma (2003); auxílio à Corregedoria-Geral (2004/2006); auxílio à Presidência (2006/2008) e Terceira Turma (2008/2009).
- Como Juiz Federal convocado, elaborou as minutas do Provimento Geral Consolidado da Primeira Região (2002) e do Regimento Interno da COGER (2001), que foram aprovadas pelo Plenário do Tribunal, e coordenou, no biênio 2006/2008, os Projetos de Informações ao Judiciário – INFOJUD (Receita Federal), de Informações de Segurança Pública – INFOSEG (Ministério da Justiça) e de Conciliação, no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação e na área previdenciária. Participou, também, como Membro efetivo da Comissão Nacional de Reestruturação da Justiça Federal, instalada pelo Conselho da Justiça Federal – CJF.
- Foi o Representante da Justiça Federal da Primeira Região no Sistema de Indicadores Estatísticos do Poder Judiciário – Conselho Nacional de Justiça – CNJ (2006/2008).
- Foi Vice-Diretor do Foro da Seccional do Distrito Federal (2008/2009).
- Desembargador Federal do TRF/1ª Região, promovido por merecimento (2009/2015).
- Membro suplente da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – Conatrae – Secretaria dos Direitos Humanos – Presidência da República - representante da Associação dos Juízes Federais – 2010/2011.
- Ex-Presidente da Quinta Turma/STJ

Atividades Exercidas no TRF/1ª Região

- Coordenador do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da Primeira Região – SistCon (2006/2008 – 2010/2012 e 2012/2014).
- Membro da Comissão Multiprofissional (avaliação de existência e compatibilidade dos portadores de deficiência) do XIV Concurso para Provimento de cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região;
- Membro efetivo da Comissão de Regimento Interno do Tribunal (biênio 2010/2012).
- Membro da Comissão do XIII Concurso para Provimento de cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região (áreas: Direito Processual Civil e Direito Ambiental) e de sua Comissão Multiprofissional (2011).
- Membro de diversas Comissões e da Equipe de Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal – Conselho da Justiça Federal – CJF (2012/2013).
- Membro efetivo da Comissão de Jurisprudência (biênio 2012/2014).
- Presidente da Terceira Turma Suplementar e da Quinta Turma Suplementar (2011 e 2013, respectivamente).
- Presidente da Sétima Turma do TRF 1ª Região (2012/2014)

- Presidente da Segunda Turma do TRF-1ª Região (2012/2014).
- Presidente da Comissão de Jurisprudência (2014/2015).
- Coordenador dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região (2014/2015).
- Presidente da Quarta Seção (2014/2015).
- Membro do Conselho de Administração (2014/2015).
- Coordenador Científico de Seminário sobre o Novo Código de Processo Civil da Escola da Magistratura – ESMAF (2014).
- Colaborador dos cursos de vitaliciamento de Juízes Federais Substitutos – ESMAF
- Membro do Plenário e da Corte Especial.

Magistério na Área Jurídica

- Após aprovação em 1º lugar no concurso público da Universidade Federal do Maranhão, exerce a função de magistério superior, desde 1987, tendo lecionado as disciplinas: Direito Agrário, Teoria Geral do Direito, Direito Constitucional e Direito Administrativo, em São Luís/MA. Atualmente, está licenciado.
- Como colaborador ou palestrante, lecionou temas de Direito Constitucional, de Direito Administrativo, de Administração Judiciária e de Direito Tributário na Associação dos Juizes Federais – AJUFE; na APAJUFE, em Curitiba/PR; no TRF/1ª Região; no Núcleo de Preparação aos Magistrados – NUMAG; na Escola da Magistratura do Distrito Federal – TJDFT; na Escola da Magistratura do Maranhão; nas Escolas de Magistratura Federal da 1ª, 3ª e 4ª Regiões; nas Seções Judiciárias do Distrito Federal, do Maranhão, do Piauí, do Amazonas, do Pará, de Minas Gerais, de Goiás, de Rondônia e do Tocantins; na Universidade Paulista – UNIP, na Universidade Católica de Brasília – UCB, na UNIEURO, no Centro Universitário IESB e na UNICEUB (em Brasília/DF); na UFMA – Universidade Federal do Maranhão, na UNDB e no UNICEUMA (São Luís-MA).
- Professor da Pós-Graduação em Direito, Processo e Execução Penal (especialização) da Faculdade Autônoma de Direito – FADISP – São Paulo, sob a coordenação do Professor Luiz Régis Prado.

Publicações

Livros e obras coletivas (autor, coautor e/ou organizador).

- **Manual do Mandado de Segurança** (2ª. Edição) Revisada e atualizada – Conselho da Justiça Federal – publicação do Centro de Estudos Judiciários – CEJ/CNJ (novembro/2000).
- **Justiça Federal: Estudos em homenagem ao desembargador federal Leomar Amorim**. Belo Horizonte: D'Plácido (2016). Coautor. Organizadores: Reynaldo Soares da Fonseca e Roberto Carvalho Veloso.
- **O Princípio Constitucional da Fraternidade: seu resgate no sistema de justiça**. Belo Horizonte: D'Plácido (2019).
- **Literatura, Direito e Fraternidade**. Florianópolis: EMais (2019). Coautor. Organizadores: Josiane Rose Petry Veronese e Reynaldo Soares da Fonseca.
- **Direito Regulatório – Desafios e perspectivas para a Administração Pública**. Belo Horizonte: Ed Forum (2019). Coautor. Organizadores: Reynaldo Soares da Fonseca e Daniel Castro Gomes da Costa.

Obras Coletivas (homenagem)

- **Fraternidade e Jurisprudência:** uma análise hermenêutica – Ensaio em homenagem ao Ministro Reynaldo Soares da Fonseca. Coleção UNIVEM. São Paulo: Editora Letras Jurídicas (2019).

Dissertações, tese e artigos jurídicos

- **Reflexões sobre o Ensino Jurídico, a partir de Luís Alberto Warat** – UFMA – UFSC (1988).
- **As provas ilícitas em favor do Réu** – CJF (1998).
- **O exaurimento da via administrativa como condição para o prosseguimento de ação penal, por crimes tributários** – CJF (1998).
- **Reflexões sobre as limitações impostas pela Lei n. 9.269/1996 ao Direito Fundamental à intimidade: antecedentes e consequências** – UnB/ CJF (1999).
- **A atuação jurisdicional, de ofício, na fase pré-processual penal: inovação e inconstitucionalidade** (janeiro/2009), publicação no *site* <http://maranhãojuridico.blogspot.com/2009/01> – São Luís-MA – maranhensidade jurídica.
- **A atuação jurisdicional, de ofício, na fase pré-processual e seus reflexos na administração da Justiça Criminal** – Revista online – IBRAJUS – Instituto Brasileiro de Administração do Sistema Judiciário – Curitiba/PR – (fevereiro/ 2009).
- **O conceito de Constituição e reflexões sobre a seleção e formação de magistrados** – Revista do Conselho das Escolas de Magistratura federal – CJF, Revista Justiça e Educação, v.1, n.1, Brasília-DF (jul./dez. 2012).
- **O servidor público na atualidade brasileira**, Edição Especial Servidor Público – Revista do Tribunal Regional Federal da Primeira Região – Brasília-DF (outubro/2012).
- **O princípio do devido processo legal e a conciliação** – Revista do Tribunal Regional Federal da Primeira Região – v.26 n. 3/4 – Brasília-DF (março/ abril/2013).
- **O desafio do princípio da fraternidade no Direito Penal** – Temas de Direito Penal e Processual Penal – Editora Juspodium, Salvador-BA (2013).
- **É possível a conciliação nos conflitos socioambientais?** – Programa de Altos Estudos da CAPES – PUC/SP, São Paulo-SP (2013).
- **A conciliação na Justiça Federal da Primeira Região e suas perspectivas** – Primeira Região em Revista, Brasília-DF (dezembro 2013/janeiro 2014).
- **Ensaio sobre Jurisdição Federal: A conciliação à luz do princípio da fraternidade.** Obra Coletiva. São Paulo: Noeses (2014).
- **Justiça Federal: Inovações nos mecanismos consensuais de solução de conflitos** - Obra Coletiva, Brasília: Gazeta Jurídica (2014).
- **O princípio do devido processo legal e a conciliação** – Juris Plenum Ouro, ISSN nº 1983-0297. Editora Plenum, Caxias do Sul -RS (2015).
- **Apontamentos sobre o Perfil do Juiz a partir da Constituição Federal de 1988.** Obra Coletiva: Justiça Federal: Estudos em homenagem ao desembargador federal Leomar Amorim. Belo Horizonte: D´Plácido (2016).
- **Fraternidade e Comunhão: em busca de um novo paradigma de Justiça.** Obra Coletiva: Jus Aequalis Direito

- **Fraternidade e Cidadania: em busca de um novo paradigma de justiça.** Obra Coletiva: Jus e Arquês Direito Contemporâneo in Foco. Campo Grande: Ekos Editora (2016).
- **Reflexões sobre a Teoria das Ficções Jurídicas com especial consideração da filosofia do “ como se” de Vaihinger.** FADISP, São Paulo-SP (2016).
- **Direito à presunção de inocência:** interpretação e desafios. FADISP, São Paulo-SP (2016).
- **Direito à presunção de inocência e o aforisma “in dubio pro reo”.** FADISP, São Paulo-SP (2016).
- **Conflitos, humanismo e jurisdição: a conciliação na Justiça Federal da Primeira Região.** Obra Coletiva : Justiça Federal – estudos doutrinários aos 45 anos da AJUFE. Belo Horizonte: D’Plácido (2017).
- **A Luta pela vida! A sobrevivência dos previdenciários antes da Lei 8.952/94.** Obra Coletiva: Justiça Federal 50 anos. Curitiba: editora Prismas (2017).
- **O princípio jurídico da fraternidade na jurisprudência do STF e do STJ -** Obra Coletiva: Direito e Fraternidade em busca de concretização – Aracaju: EDUNIT (2018).
- **A liberdade do legislador e o financiamento da cultura no Brasil.** Obra Coletiva: 30 anos da Constituição da República Federativa do Brasil – da teoria Constitucionalista aos Tribunais Superiores – Curitiba, Instituto Memória (2018).
- **Orçamento Público na Assembléia Nacional Constituinte de 1987.** Obra Coletiva: Constituição da República: um projeto de nação – homenagem aos 30 anos . Brasília: OAB, Conselho Federal (2018).
- **A constitucionalização da liberdade partidária e sua limitação pela democracia interna.** Obra Coletiva: Direito Eleitoral Comparado. Belo Horizonte: Fórum (2018).
- **O resgate do princípio constitucional da fraternidade no sistema de justiça:** realidade e desafios. São Paulo: FADISP (2018).
- **O Direito Fundamental à Cultura no Brasil:** realidade, financiamento e desafios. Obra Coletiva. Florianópolis: EMais (2019).
- **Regime de Contratações e o Estado de Calamidade Pública em âmbito Financeiro.** Obra Coletiva: Direito Regulatório – Desafios e perspectivas para a Administração Pública. Belo Horizonte: Fórum (2019).
- **Seleção de Juízes Federais e o Conselho Nacional de Justiça.** Obra Coletiva: Emenda Constitucional n. 45/2004. Brasília: OAB Nacional Editora (2019).
- **Conflitos, humanismo e jurisdição:** a conciliação na Justiça Federal da Primeira Região. Obra Coletiva: Soluções Pacíficas de Conflitos para um Brasil Moderno. São Paulo: Editora Forense (2019).
- **A Fraternidade na Dialética da Secularização.** Obra Coletiva: Direitos Humanos e Sistema de Justiça – estudos em homenagem ao Professor Agostinho Ramalho Marques Neto, Volume I. São Luís: EDUFMA (2019).
- **Novas Tecnologias e reflexões sobre o sistema tributário nacional a partir da teoria do discurso.** Obra Coletiva: O direito das novas tecnologias e o ordenamento constitucional – uma experiência comparada. Belo Horizonte: D’Plácido (2019).
- **Direito e Política: Autonomia e Diálogo.** Obra Coletiva: Temas de Concretização Constitucional – breves ensaios acadêmicos. São Paulo: EDIJUR (2019).
- **O Princípio Jurídico da Fraternidade no Brasil:** em busca de concretização. Obra Coletiva: REDUnB – Revista dos Estudantes de Direito da UNB. Brasília: RED/UnB, 16ª. Edição (2019).
- **Para além do judiciário: o controle judicial da ‘ fake News ’ na era da informação.** Obra Coletiva. Direito.UnB - Revista de Direito da Universidade de Brasília, v. 3, n. 1, p. 89-112, 20 dez. (2019).
- **Existe um princípio da subsidiariedade na Economia?** Obra Coletiva. Lei da Liberdade Econômica Anotada. São Paulo: Quartier Latin – 2ª edição (2020).

Palestras, Conferências e Painéis

- **Reflexões sobre o Ensino Jurídico, a partir de Luís Alberto Warat** – UFMA (1988).
- **Coisa Julgada inconstitucional e instrumento para seu controle** – Justiça Federal – SJMA, São Luís-MA (2003).
- **A administração da Justiça Federal da Primeira Região** – I Encontro dos Diretores de Secretaria de Vara da Justiça Federal do Piauí – SJ/ PI – Teresina-PI (2006).

- **Os novos desafios do Poder Judiciário no Século XXI** – TJ/MA – Imperatriz/MA (2007).
- **Os novos desafios do Poder Judiciário no Século XXI: Administração Judiciária, Conciliação e Virtualização Processual** – APAJUFE – Curitiba- PR (2007).
- **A fraternidade como categoria jurídico-constitucional** – Defensoria Pública do Distrito Federal/ Faculdade Fortium, Brasília-DF (2010).
- **A conciliação na Justiça Federal da Primeira Região** – Escola da Magistratura Federal da Primeira Região – ESMAF – Brasília-DF (abril/2011) e Belém-PA (maio/2011).
- **Avanços do sistema de conciliação nos Tribunais** – EMAG – TRF/3ª Região – São Paulo-SP (2011).
- **Revisão de atos administrativos pelo Judiciário e saúde pública** – Centro Universitário de Brasília-CEUB, Brasília-DF (2011).
- **Teorias e Técnicas da Conciliação aplicadas à Justiça Federal** – Escola da Magistratura Federal da 3ª. Região, São Paulo-SP (2013).
- **Gerenciamento das demandas repetitivas pela administração pública: dificuldades encontradas e possíveis soluções a serem adotadas** - Centro de Estudos Judiciários – CEJ/CJF, Brasília-DF (2013).
- **A consensualidade e sua aplicação nos conflitos com a administração pública** – ESMAF-TRF/1ª. Região, Brasília-DF (2013).
- **A alternativa da conciliação: reflexões sobre o acesso e a saída da Justiça Federal**, São Paulo, no prelo (2014).
- **Os meios alternativos de solução de conflitos e o novo Código de Processo Civil**, São Luís, ESMAM – Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (2015).
- **Os Juizados Especiais Federais e a conciliação** – I Fórum Nacional de Conciliação e Mediação, Conselho da Justiça Federal, Brasília (2015).
- **Os Juizados Especiais: 20 anos de história e o Novo Código de Processo Civil** - Escola Superior de Advocacia – ESA , São Luís-MA (2015).
- **Reflexos do Novo CPC no Direito Previdenciário** – Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário – IBDPREV, Brasília-DF (2015).
- **A importância da Conciliação na prestação jurisdicional** - Academia Maranhense de Letras Jurídicas, São Luís-MA (2015).
- **Conciliação: um caminho eficiente para a Justiça** – Workshop. Universidade Católica de Brasília - Distrito Federal (2016).
- **A regulamentação da conciliação e mediação por parte do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho da Justiça Federal e a visão do Tribunal de Contas da União.** Curso de Formação Avançada de Instrutores para Formação de Conciliadores/ Mediadores no âmbito da Justiça Federal – Conselho da Justiça Federal – Brasília/DF (2016).
- **Justiça e Cidadania: os desafios do Século XXI.** AJUFE/TRF-1ª Região. Parnaíba-PI (2016).
- **A Conciliação no Novo CPC** – Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) – Ministério Público do Estado de Minas Gerais – Belo Horizonte-MG (2016).
- **Os novos caminhos da mediação e o sistema de Justiça** – IV Fórum Nacional da Mediação e Conciliação – FONAMEC - Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso – Cuiabá-MT (2016).
- **A Mediação e a nova lei processual brasileira** – XIII Semana Jurídica – Curso de Direito da Faculdade Municipal – IMESB – Bededouro-SP (2016).
- **Fraternidade e Comunhão: em busca de novo paradigma de Justiça** – III Congresso Nacional de Comunhão e Direito – Centro Universitário Tabosa de Almeida (ASCES-UNITA) - Caruaru – PE (2016).

- **Reflexões sobre o Novo Código de Processo Civil.** II Seminário de Atualização Jurídica Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão – São Luís-MA (2016).
- **Estruturação das Centrais de Conciliação na Justiça Federal.** Curso de Formação avançada de instrutores para formação de conciliadores/mediadores no âmbito da Justiça Federal – Conselho da Justiça Federal – Brasília-DF (2016).
- **A Conciliação à luz do princípio constitucional da fraternidade.** Aula Magna. FADISP – São Paulo-SP (2016).
- **O Novo paradigma da Conciliação/mediação no Código de Processo Civil.** 28ª Turma do Curso de preparação à magistratura – Universidade Norte do Paraná – Escola da Magistratura do Paraná – EMAP – Londrina/PR (2016).
- **A experiência da Justiça Federal da Primeira Região:** meios fundamentais para a solução dos conflitos. Curso de Formação inicial de Juizes Federais Substitutos – Tuma I – Brasília-DF (2016).
- **Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica à luz da Constituição da República** – Escola da Advocacia Geral da União – AGU – Brasília/DF (2016).
- **A jurisprudência dos Tribunais Superiores em matéria ambiental** – Curso Avançado de Direito Ambiental e Sustentabilidade – ESMAFE – Porto Alegre/RS (2016).
- **Os novos caminhos do Direito Administrativo no Brasil.** Ciclo de Estudos “ Tribunais Superiores em Temas da Justiça Federal” - CEJ – Conselho da Justiça Federal – Brasília/DF (2016).
- **Uso medicinal de substâncias proscritas** – Seminário 10 anos da Lei de Drogas – Resultados e perspectivas em uma visão multidisciplinar – ENFAM e STJ – Brasília-DF (2017).
- **Mediação e Sociedade fraterna:** realidade, resgate e desafios – I Encontro Estadual de Juizes de Direito Coordenadores de CEJUSC’s – EJEF e TJMG – Belo Horizonte-MG (2017).
- **Os efeitos da aplicação da Lei 13.105, de 16 de março de 2015 (Novo CPC), em seu primeiro ano de vigência – Impactos e Desafios.** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara Federal. Brasília - DF (2017).
- **Estado Constitucional e o Novo Código de Processo Civil: Desafios e Inovações** – II Congresso Brasileiro de Processo e Constituição - UNG Centro – Guarulhos/SP (2017).
- **A mediação e a conciliação: o novo olhar do Código de Processo Civil.** XXIII Congresso Nacional da Advocacia Brasileira – OAB – São Paulo-SP (2017).
- **A imunidade tributária dos templos de qualquer culto.** OAB/DF. Brasília/DF (2017).
- **Direitos fundamentais: o resgate da terceira dimensão – Justiça restaurativa e mediação** – Curso de Adaptação e Capacitação de Ingresso na Carreira do MPMS – Campo Grande/MS (2017).
- **A conciliação e as políticas públicas** – Curso de Capacitação de Conciliadores/mediadores – TRF/3ª Região – São Paulo/SP (2017).
- **O ofício do mediador: novo paradigma de Justiça** - Curso de Formação Inicial de Juizes Federais Substitutos – Tuma II -TRF/1ª Região. Brasília-DF (2017).
- **A fraternidade no Sistema de Justiça – ESMAM** – TJMA – São Luís/MA (2017).
- **A consensualidade na Administração Pública: novos rumos.** III FONACOM - AJUFE – João Pessoa-PB (2017).
- **Inclusão e permanência de presos em sistema penitenciário federal sob a ótica dos órgãos de inteligência** - VII Workshop sobre o Sistema Penitenciário Federal – Conselho da Justiça Federal – Brasília/DF (2017).
- **As soluções consensuais de conflitos no Novo Código de Processo Civil** VI Jornada de Direito – Universidade Estadual do Maranhão –UEMA (2017).
- **Fraternidade e Transformação Social** – painel - III Congresso Norte-Nordeste de Comunhão e Direito – Escola Superior da Magistratura do Amazonas – TJAM – Manaus-AM (2017).
- **O princípio jurídico da fraternidade na jurisprudência do STF e do STJ** - III Congresso Norte-Nordeste de Comunhão e Direito – Escola Superior da Magistratura do Amazonas – TJAM – Manaus-AM (2017).
- **Justiça Criminal e Execução Penal:** realidade e desafios. Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão – TJMA. São Luís/MA (2017).
- **A fraternidade no Sistema de Justiça:** métodos consensuais na resolução dos conflitos e justiça restaurativa. XXIII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil – São Paulo/SP (2017).
- **Direitos na pós-modernidade: a fraternidade nas áreas cível e penal.** Centro Universitário IESB – Brasília-DF (2017).
- **A mediação/conciliação à luz do princípio constitucional: fundamentos, alcance e resultados** – *Latin*

- American Workshop in Law and Economics – Lawle 2017 – Universidade de Brasília - UNB – Brasília/DF (2017).*
- **O resgate do princípio constitucional da fraternidade no sistema de justiça.** Universidade Federal de Santa Catarina. Grupo de Pesquisa Direito e Fraternidade. Florianópolis/SC (2018).
 - **A fraternidade como categoria jurídica e política: em busca de concretização.** Rotary. São Luís/MA (2018).
 - **Mulheres no Sistema da Justiça Criminal: trajetórias e desafios – AJUFE/AMAGIS – DF. II Seminário Mulheres no Sistema de Justiça - Brasília/DF (2018).**
 - **Direito e Política: autonomia e diálogo. A Justiça Criminal no Brasil.** Universidade Católica de Brasília - UCB – Brasília/DF (2018).
 - **A cultura da mediação na CF/88 e no NCPC.** CEST. São Luís/MA (2018).
 - **Os desafios da Justiça Federal na macrocriminalidade. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça – Seminário de Macrocriminalidade: desafios da Justiça Federal – Belo Horizonte/MG (2018).**
 - **O novo paradigma do Direito Processual brasileiro: o resgate da mediação como método fundamental para solução dos litígios - CJF/ESMARF/IBDP– Rio de Janeiro-RJ (2018).**
 - **Direitos Fundamentais: Efetivação e Judicialização – Escola da Magistratura da Paraíba – João Pessoa/PB (2018)**
 - **A era dos Direitos Fundamentais: realidade e trajetória após 30 anos da CF/88 – Escola do Ministério Público da Bahia – Salvador/BA (2018).**
 - **Direitos Fundamentais: realidade e desafios do Século XXI – Escola do Ministério Público de Santa Catarina – Florianópolis/BA (2018).**
 - **As dimensões dos Direitos Fundamentais: declaração e concretização – Escola do Ministério Público de São Paulo – São Paulo/SP (2018).**
 - **Os Direitos Fundamentais e o Ministério Público: desafios contemporâneos – Escola do Ministério Público do Mato Grosso do Sul – Campo Grande/MS (2018).**
 - **Saindo da crise. A contribuição da mediação/conciliação: realidade e perspectivas no Brasil – Seminário em homenagem ao Professor Paulo Bonavides. UNINASSAU – Fortaleza/CE (2018).**
 - **A efetivação e a judicialização dos Direitos Fundamentais no Brasil – Instituto Jurídico Luso-Brasileiro - IJLB – Porto/Portugal (2018).**
 - **Direitos Fundamentais e Macrocriminalidade – Escola da Magistratura do Espírito Santo – Vitória/ES (2018).**
 - **O processo eleitoral e o Novo CPC.** Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão – TRE-MA/UNICEUMA. São Luís/MA (2018).
 - **Direitos Humanos na Era Digital - Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF – Projeto Conhecer Direito – Brasília-DF(2018).**
 - **A multa coercitiva (astreintes) e sua autoexecutoriedade nos descumprimentos de ordem judicial pelas empresas multinacionais de serviços online.** FONACRIM/AJUFE – Brasília-DF (2018).
 - **A prevenção de litígios de massa: caminhos e alternativas.** AJUFE – Brasília/DF (2018).
 - **O resgate do princípio constitucional da fraternidade no sistema de justiça: realidade e desafios da Defensoria Pública.** ADEPE. Brasília-DF (2018).
 - **Controle jurisdicional dos atos administrativos.** Fórum Brasileiro de Direito Administrativo - Fórum Editora e Tribunal de Contas do estado do Mato Grosso do Sul – Cuiabá-MS – Campo Grande/MS (2018).
 - **A Mediação e a Justiça Restaurativa na perspectiva das gerações dos direitos fundamentais – IV Congresso Nacional de Direito e Fraternidade – STJ/IEDF/Focolares – Brasília/DF (2018).**
 - **Balço e perspectivas dos Direitos Fundamentais no Brasil – XIV Jornada Jurídica da UNDB – 30 anos da Constituição Federal - UNDB – São Luís/MA (2018)**
 - **A Justiça Criminal – um debate interdisciplinar – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT – Brasília/DF (2018).**
 - **Precedentes vinculantes, Fazenda Pública e a prevenção de litígios de massa.** IBET – São Paulo/SP (2018).
 - **A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e os débitos imputados pelos Tribunais de Contas – Tribunal de Contas do Estado do Maranhão – TCE. São Luís/MA (2018).**
 - **30 anos do Novo Poder Judiciário: balanço e perspectivas. Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP.** Brasília/DF (2018).
 - **Prisão cautelar e a evolução jurisprudencial – 2º Seminário Macrocriminalidade – “Reflexões sobre prevenção**

- **Frisar cautela e a evolução jurisprudencial** – 2º Seminário Macrocriminalidade – Reflexões sobre prevenção, compliance, investigação, acusação, processo, contraditório e sanções” – AJUFE - Belo Horizonte/MG (2019).
- **Direitos Fundamentais no Brasil: em busca de concretização** - Associação dos Magistrados Piauienses – AMAPI e Tribunal de Justiça do Estado do Piauí – Teresina/PI (2019).
- **Direitos de Fraternidade na Teoria da Geração dos direitos fundamentais** – Faculdade Santíssimo Sacramento e OAB/BA - Alagoinhas/BA (2019).
- **Diálogos Constitucionais – Direitos e Deveres Fundamentais – EASJUR** – Escola de Assistência Jurídica da Defensoria Pública do Distrito Federal - Brasília/DF (2019).
- **A efetivação dos Direitos Fundamentais: acesso à Justiça, mediação, justiça restaurativa e ativismo judicial** - Uni-ANHANGUERA - Centro Universitário de Goiás – Goiânia/GO (2019).
- **A fraternidade na alteridade e no paradigma relacional: resgate e desafios do Século XXI** - Escola do Ministério Público de Sergipe – Aracaju/SE (2019).
- **Democracia na América Latina: impasses e perspectivas** – CONIDEL – II Congresso Internacional de Direito Eleitoral – Escola Judiciária Eleitoral - Tribunal Regional Eleitoral – Campo Grande/MS (2019).
- **O Princípio Constitucional da Fraternidade: seu resgate no Sistema de Justiça.** Escola da Magistratura da Justiça Federal da Quinta Região – Seção Judiciária da Paraíba João Pessoa/PB (2019).
- **A inevitabilidade do Direito Fraternal Século XXI e a Função Social da Empresa** – Instituto Brasileiro de Direito da Empresa – IBDE - I Congresso Internacional Luso-Brasileiro de Direito da Empresa – Porto – Portugal (2019).
- **Democracia e Direitos Humanos: a construção e a efetivação dos Direitos Fundamentais no Brasil** - Seminário Específico do Programa de Pós-Doutoramento em Democracia e Direitos Humanos – Ius Gentium Conimbrigae/ Centro de Direitos Humanos – Casa da Escrita – Coimbra/Portugal (2019).
- **O princípio esquecido da fraternidade: resgate, declaração e efetivação no Brasil do Século XXI.** V Congresso Internacional IBEROAMERICANO; Derechos Humanos/Direitos Humanos - Facultad de Derecho de la Universidad de Valladolid - Espanha (2019).
- **Aplicação de Medidas Alternativas na área penal e Práticas Restaurativas** – Fórum Nacional de Mediação e Conciliação – FONAMEC – Encontro Nacional de Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos. São Luís/MA (2019).
- **Acesso à Justiça:** desafios para a efetivação dos Direitos Fundamentais. Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo (autarquia municipal) – Semana Jurídica. São Paulo-SP (2019).
- **Conciliação e mediação no Direito Civil: desafios e perspectivas atuais.** Universidade de Brasília – Departamento de Direito. Brasília/DF (2019).
- **O princípio da fraternidade como elemento de Direitos Humanos na Constituição Federal de 1988”** – V Congresso Ibero-Americano de Direitos Humanos e Advocacia – Escola Superior da Advocacia/OAB-MA, IBDP, CECGP e Uniceuma – São Luís-MA (2019).
- **A Justiça Criminal e a Fraternidade** - Seminário Direitos Humanos e Fraternidade – prática judicial – Associação dos Magistrados Brasileiros – Brasília-DF (2019).
- **O Direito Fraternal na Constituição de 1988** – I Simpósio Amazonense de Direito e Fraternidade - FAMETRO e Faculdade Santa Teresa – Manaus/AM (2019).
- **Aspectos Polêmicos, Reformas e Democracia** – Seminário de Direito Eleitoral - TRE-MA – São Luís-MA (2019).
- **Cooperação Jurídica Internacional:** macrocriminalidade x globalização – Seminário Questões atuais do Direito Criminal – OAB/DF – Brasília/DF (2019).
- **Teoria Geracional dos Direitos Fundamentais: balanço e análise crítica.** – 9º. Congresso de Pesquisa Científica– UNIVEM – Marília-SP (2019).
- **O desafio do princípio constitucional da fraternidade no Direito Penal** – Universidade Santo Amaro – UNISA - São Paulo- SP (2019).
- **Direitos Fundamentais e o Direito Processual Penal: dilemas e perspectivas.** Curso de Aperfeiçoamento em Direito Penal e Direito Processual Penal. Ministério Público do Estado do Amapá. Macapá/AP (2019).
- **Educação para a Cidadania** – AMAGIS-DF e IEDF. Curso Falando Direito. Brasília/DF (2019).
- **Direitos e Deveres Humanos e o Princípio Jurídico da Fraternidade na Jurisprudência do STF e do STJ.** Universidade Tiradentes – IV Congresso Norte-Nordeste de Direito e Fraternidade. Aracaju-SR (2019).

- **O Constitucionalismo Fraternal e seu toco na proibição de Preconceitos.** Centro Brasileiro de Estudos Constitucionais – UNICEUB e ICPD. Brasília/DF (2019).
- **Os Métodos Adequados de Solução de conflitos, à luz da promessa constitucional de uma sociedade fraterna** – Ministério da Justiça – Brasília-DF (2019).
- **Diálogos sobre a Globalização, Criminalidade e Justiça** – A jurisprudência Penal do Superior Tribunal de Justiça: reflexões e desafios – Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba – João Pessoa (2020).

Prefácios, Apresentações e Pós-fácios de Obras Jurídicas

- **Justiça Federal: Estudos em homenagem ao desembargador federal Leomar Amorim.** Belo Horizonte: D'Plácido (2016).
- **Jus Aequalis Direito Contemporâneo in Foco.** Obra Coletiva. Campo Grande: Ekos Editora (2016).
- **Direito Fraternal Humanista.** Autor: Paulo Ferreira da Cunha. Rio de Janeiro: GZ Editora (2017).
- **O Desenvolvimento Sustentável. Governança, meio ambiente, economia e dignidade da pessoa humana.** Autor: Gabriel Wedy. Curitiba: Editora Prismas (2017).
- **Litígios Transnacionais – Introdução ao International Forum Shopping.** Autor: Eduardo Rafael Petry Veronese. Rio de Janeiro: Lumen Juris (2017).
- **Direito Constitucional Fraternal.** Autor: Grégore Moreira de Moura. Belo Horizonte: Editora D'Plácido (2018).
- **Curso de Direito Processual Eleitoral.** Autor: Daniel Castro Gomes da Costa. Belo Horizonte: Fórum (2018).
- **De Cabral à Maria da Penha** – uma abordagem constitucional, infraconstitucional e jurisprudencial sobre a mulher e a violência doméstica e familiar no Brasil. Autora: Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro. Rio de Janeiro: Lumen Juris (2019).
- **Manual de Mediação e Conciliação na Justiça Federal** – Obra Coletiva. Autores: Bruno Takahashi, Daldice Maria Santana de Almeida, Daniela Monteiro Gabbay e Maria Cecília Araújo Asperti. Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal – CEJ/CJF. Brasília/DF (2019).
- **O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) – Do contexto à otimização.** Autor: Antonio Augusto Pires Brandão. Curitiba: Editora CRV (2019).
- **Manual de Direito Ambiental – de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores.** Autor: Gabriel Wedy. Curitiba: Editora Fórum (2019).
- **Literatura, Direito e Fraternidade.** Obra coletiva. Organizadores: Josiane Rose Petry Veronese e Reynaldo Soares da Fonseca Florianópolis: EMais (2019).
- **O direito das novas tecnologias e o ordenamento constitucional – uma experiência comparada.** Organizadores: Joaquim Portes de Cerqueira César, Luca Mezzetti e Marcelo Figueiredo. Belo Horizonte: D'Plácido (2019).
- **Violação do Retrocesso ao absolutamente incapaz.** Autor: Ronaldo Vieira Francisco. Salvador: JusPODIUM (2020).

Condecorações

- Medalha Viana Vaz (mérito acadêmico) – Comemoração pelos 80 anos do Curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão (junho/1998).
- Medalha do Mérito Judiciário “Des. Antônio Rodrigues Velloso” – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – Lei nº 2.814/67 (dezembro/2003).

- Medalha "Século XXI" – da Seção Judiciária de Minas Gerais – Belo Horizonte-MG (2004).
- Medalha do Mérito Judiciário "Ministro Carlos Madeira" – Seção Judiciária do Maranhão – São Luís-MA (2007).
- Homenagem pelos 40 anos da Seção Judiciária do Distrito Federal – Brasília-DF (2017).
- Medalha do Mérito Eleitoral – Tribunal Regional Eleitoral – TRE – Distrito Federal (2008).
- Medalha Santos Dumont – Ministério da Defesa – Comando da Aeronáutica – Brasília-DF – 2009.
- Medalha Miranda Lima – Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Distrito Federal – Brasília-DF (2010).
- Medalha do Mérito da Justiça Federal do Piauí "Evandro Lins e Silva" – Seção Judiciária do Piauí – Teresina-PI (2011).
- Três Prêmios "Conciliar é Legal", do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, como Coordenador do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região, em razão do maior número de acordos celebrados (2011 – 2012 – 2013).
- Ordem do Mérito Aeronáutico, no grau de Comendador – Ministério da Defesa – Comando da Aeronáutica – Brasília-DF (2011).
- Medalha do IV Centenário de São Luís – Grau Comendador – Governo do Estado do Maranhão – São Luís-MA (2012).
- Medalha Grã-Cruz do Mérito Judiciário "Milton Campos" – da Seção Judiciária de Minas Gerais – Belo Horizonte-MG (2013).
- Diploma especial pelos 45 anos da Justiça Federal do Maranhão – São Luís – MA (2013).
- Medalha "200 anos" do Tribunal de Justiça do Maranhão – São Luís/MA (2013).
- Medalha da Ordem do Mérito Judiciário Militar, Quadro Especial, Alta Distingção – Superior Tribunal Militar – STM – Brasília-DF (2014).
- Homenagem pelos 25 anos do TRF/1ª Região – Brasília-DF – 2014.
- Outorga Amikeco Medal – Associação Internacional de Polícia (Section 27 - IPA Brasil 27), Brasília-DF (2015).
- Medalha Ministro Ilmar Galvão – Justiça Federal – Seção Judiciária do Acre – Rio Branco/AC (2015).
- Medalha do Mérito Acadêmico – Escola Superior da Magistratura do Estado Maranhão – ESMAM/ TJMA – São Luís-MA (2015).
- Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho – Grau Grande Oficial – Tribunal Superior do Trabalho – TST – Brasília-DF (2015).
- Medalha dos 85 anos da OAB Nacional – Brasília/DF (2015).
- Visitante Ilustre do Município de Paranaíba –Mato Grosso do Sul -Decreto Executivo nº 162. Paranaíba/MD (2015).
- Medalha do Mérito Judiciário Cândido Mendes – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – Resolução nº 56/2013 (2015).
- Medalha da Procuradoria Geral do Estado do Maranhão – PGE/MA – São Luís/MA (2016).
- Medalha do Mérito Judiciário do Distrito Federal e dos Territórios – Grão Colar – (Resolução nº 9) – TJDF –

Brasília/DF (2016).

- Medalha Sousândrade de Mérito Universitário – Universidade Federal do Maranhão – São Luís-MA (2016).
- Membro Honorário da Academia Sul-Mato-Grossense de Direito Público - Campo Grande/MS (2017).
- Homenagem pelos 50 anos da Seção Judiciária do Distrito Federal – Brasília-DF (2017).
- Associado honorário do Rotary Club São Luís Praia Grande – São Luís-MA (2018).
- Medalha do Mérito Domingos Perdigão – Universidade Federal do Maranhão – UFMA – Curso de Direito. São Luís/MA (2018).
- Moção e Reconhecimento do Município de Cururupu – Maranhão (2018).
- Título de Cidadão Baiano. Resolução nº 1.699/16. Assembléia Legislativa do Estado da Bahia – Salvador-BA (2018).
- Medalha do Mérito do Estado da Paraíba Governador Antônio Mariz. Governo do Estado da Paraíba. João Pessoa/PB (2018).
- Medalha do Mérito Acadêmico Des. Simeão Fernandes Cardoso Cananéa. Escola da Magistratura – TJPB (2018).
- Medalha do Mérito Legislativo Manuel Beckman – Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão – São Luís/MA (2018).
- Medalha Ruy Barbosa – Imortal “ Àguia de Haia” – Tribunal de Contas do Estado do Maranhão – TCE/MA – São Luís/MA (2018).
- Medalha Fran Paxeco – Escola da Advocacia – OAB/MA – São Luís/MA (2018).
- Medalha do Mérito Eleitoral – Tribunal Regional Eleitoral – TRE – Pará - Belém (2019).
- Medalha do Mérito Eleitoral – Tribunal Regional Eleitoral – TRE – Maranhão- São Luís (2019).
- Medalha do Mérito Judiciário “ Conselheiro Coelho Rodrigues” – Associação dos Magistrados Piauienses – Piauí- Teresina (2019).
- Medalha da Ordem do Mérito do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União – Brasília-DF (2019).
- Título de Cidadão Piauiense. Assembléia Legislativa do Estado do Piauí – Teresina-PI (2019).
- Medalha do Mérito Renascença do Piauí - grau: Grã-Cruz - Governo do Estado do Piauí – Teresina-PI (2019).
- Membro Honorário da Associação Brasileira dos Advogados – ABA – Brasília-DF (2019).
- Visitante Ilustre do Município de Marília-SP – Poder Legislativo Marilense – São Paulo (2019).
- Homenagem da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional – Brasília-DF (2019).
- Medalha do Mérito Eleitoral – Tribunal Regional Eleitoral – TRE – Bahia- Salvador (2019).
- Medalha de Mérito Jurídico Presidente Pedro Aleixo – Prefeitura Municipal de Mariana – MG (2019).
- Medalha Mérito da Procuradoria Geral do Distrito Federal – Conselho Superior da Procuradoria Geral do Distrito Federal – Brasília-DF (2019).
- Medalha da Ordem do Mérito Judiciário – Alta Distingção – do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba – João Pessoa- PB (2020).

[Voltar](#) [Imprimir](#)



Como chegar

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III - CEP: 70095-900 - Brasília - DF



+55 61 3319-8000



Voltar ao topo



PROPOSIÇÃO - PDL 091/2020

LIDO EM: 12/02/2020

Ao SPL para inclusão no sistema LEGIS, em seguida ao SACP, para conhecimento e providências protocolares, informando que a matéria tramitará, em análise de mérito, na CAS (RICL, art. 65, I, "i") e, em análise de admissibilidade na CCJ (RICL, art. 63, I).

Brasília, 13 de fevereiro de 2020

MARCELO FREDERICO MEDEIROS BASTOS
Assessor Legislativo



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO FREDERICO MEDEIROS BASTOS** - Matr. 13821, Assessor(a) da Secretaria Legislativa, em 13/02/2020, às 09:17, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Código Verificador: **0047689** Código CRC: **11201C7C**.